



**Ouro Verde Transporte e Locação S.A.**

**Demonstrações financeiras intermediárias  
em 30 de setembro de 2012**

## **Conteúdo**

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	9



**KPMG Auditores Independentes**  
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º  
80410-180 - Curitiba, PR - Brasil  
Caixa Postal 13533  
80420-990 - Curitiba, PR - Brasil

Central Tel 55 (41) 3544-4747  
Fax 55 (41) 3544-4750  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias**

Aos Diretores e Acionistas da  
Ouro Verde Transporte e Locação S.A.  
Curitiba - Paraná

### **Introdução**

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Ouro Verde Transporte e Locação S.A., individuais e consolidadas, referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias referidas no primeiro parágrafo não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1).

**Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas referidas no primeiro parágrafo não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras intermediárias.

Curitiba, 7 de novembro de 2012

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-PR



João Alberto Dias Panceri  
Contador CRC PR-048555/O-2



## Ouro Verde Transporte e Locação S.A.

### Demonstrações de resultados

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
<b>Receita operacional líquida</b>	22	316.120	235.048	367.539	273.323
<b>Custos dos serviços prestados</b>	23	<u>(206.281)</u>	<u>(152.574)</u>	<u>(237.249)</u>	<u>(176.558)</u>
<b>Resultado bruto</b>		109.839	82.474	130.290	96.765
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Vendas, administrativas e gerais	23	(14.327)	(13.299)	(18.638)	(16.652)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	25	<u>(2.106)</u>	<u>7.097</u>	<u>(2.637)</u>	<u>5.834</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, equivalência patrimonial e impostos</b>		93.406	76.272	109.015	85.947
Receitas financeiras	24	43.043	28.447	43.313	28.616
Despesas financeiras	24	<u>(118.312)</u>	<u>(91.764)</u>	<u>(126.117)</u>	<u>(97.495)</u>
Despesas financeiras, líquidas		<u>(75.269)</u>	<u>(63.317)</u>	<u>(82.804)</u>	<u>(68.879)</u>
Resultado da equivalência patrimonial	11	<u>5.449</u>	<u>2.684</u>	<u>(503)</u>	<u>-</u>
<b>Resultado antes do impostos</b>		23.586	15.639	25.708	17.068
Imposto de renda e contribuição social	15	<u>(7.728)</u>	<u>(5.250)</u>	<u>(9.825)</u>	<u>(6.662)</u>
<b>Resultado das operações em continuidade</b>		15.858	10.389	15.883	10.406
Resultado líquido das operações descontinuadas	6	<u>-</u>	<u>1.004</u>	<u>-</u>	<u>1.004</u>
<b>Resultado do período</b>		<u>15.858</u>	<u>11.393</u>	<u>15.883</u>	<u>11.410</u>
<b>Resultado atribuível aos:</b>					
Acionistas controladores				15.858	11.393
Acionistas não controladores				<u>25</u>	<u>17</u>
<b>Resultado do período</b>				<u>15.883</u>	<u>11.410</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Ouro Verde Transporte e Locação S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

Nota	Atribuível aos acionistas controladores					Total antes da participação de acionistas não controladores	Participação de acionistas não controladores	Total patrimônio líquido
	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial			
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros					
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2011</b>	87.163	1.231	30.916	-	50.603	169.913	361	170.274
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos	-	-	-	16.863	(16.863)	-	-	-
Realização do custo atribuído da controlada	-	-	-	329	(329)	-	-	-
Ganho / (perda) na diluição da participação acionária	-	-	-	43	-	43	(43)	-
Resultado do período	-	-	-	11.393	-	11.393	17	11.410
Destinações:								
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.118)	-	(2.118)	-	(2.118)
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	-	-	(6.000)	-	-	(6.000)	-	(6.000)
<b>Saldos em 30 de setembro de 2011</b>	<u>87.163</u>	<u>1.231</u>	<u>24.916</u>	<u>26.510</u>	<u>33.411</u>	<u>173.231</u>	<u>335</u>	<u>173.566</u>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2012</b>	87.163	5.568	102.032	-	18.546	213.309	335	213.644
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos	-	-	-	2.608	(2.608)	-	-	-
Realização do custo atribuído da controlada	-	-	-	563	(563)	-	-	-
Ganho / (perda) na diluição da participação acionária	-	-	-	7	-	7	(7)	-
Resultado do período	-	-	-	15.858	-	15.858	25	15.883
<b>Saldos em 30 de setembro de 2012</b>	<u>87.163</u>	<u>5.568</u>	<u>102.032</u>	<u>19.036</u>	<u>15.375</u>	<u>229.174</u>	<u>353</u>	<u>229.527</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Ouro Verde Transporte e Locação S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Resultado do período</b>		15.858	11.393	15.883	11.410
Ajustes por:					
Depreciação e amortização		109.648	89.995	112.908	93.079
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e contingências		763	2.139	475	2.571
Custo residual do ativo imobilizado alienado		57.263	50.393	57.263	51.830
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	6.098	5.249	6.948	5.040
Imposto de renda e contribuição social diferidos - operações descontinuadas	6	-	511	-	511
Variações monetárias do ativo não circulante não realizadas		-	(7.498)	-	(7.498)
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	26	(8.003)	-	(8.003)	-
Resultado de equivalência patrimonial	11	(5.449)	(2.684)	503	-
		<u>176.178</u>	<u>149.498</u>	<u>185.977</u>	<u>156.943</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>					
Aumento em contas a receber		(546)	(21.256)	(5.499)	(22.534)
(Aumento) redução em aplicações financeiras vinculadas		(23.024)	56.428	(23.024)	56.428
Aumento em outras contas a receber		(6.327)	(8.572)	(3.729)	(7.984)
(Redução) aumento em fornecedores		(2.409)	5.374	(4.010)	11.438
(Redução) aumento em partes relacionadas		(1.396)	319	(1.123)	784
Aumento em impostos e contribuições a recolher		1.282	395	2.039	2.279
Aumento (redução) em contas a pagar e provisões		<u>6.532</u>	<u>(10.313)</u>	<u>7.773</u>	<u>(10.007)</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<u>150.290</u>	<u>171.873</u>	<u>158.404</u>	<u>187.347</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>					
Aquisição de ativo imobilizado		(350.327)	(253.408)	(387.834)	(283.307)
Aquisição de investimentos		-	(15.833)	-	(9.036)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(8.400)	-	-
Redução do contas a pagar por aquisição de controlada		-	-	(6.032)	(4.758)
Aquisição de ativo intangível		<u>(863)</u>	<u>(329)</u>	<u>(863)</u>	<u>(329)</u>
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>		<u>(351.190)</u>	<u>(277.970)</u>	<u>(394.729)</u>	<u>(297.430)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Distribuição de lucros		(15.999)	(6.935)	(15.999)	(6.935)
Juros sobre o capital próprio	21	-	(2.118)	-	(2.118)
Empréstimos, financiamentos, arrendamentos mercantis e debêntures captados		532.841	464.229	639.813	478.417
Empréstimos, financiamentos, arrendamentos mercantis e debêntures pagos		(240.510)	(117.315)	(296.913)	(124.724)
Juros pagos		<u>(86.186)</u>	<u>(46.679)</u>	<u>(93.344)</u>	<u>(50.516)</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>		<u>190.146</u>	<u>291.182</u>	<u>233.557</u>	<u>294.124</u>
<b>(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>(10.754)</u>	<u>185.085</u>	<u>(2.768)</u>	<u>184.041</u>
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>					
No início do período		168.581	31.461	170.426	34.827
No fim do período		<u>157.827</u>	<u>216.546</u>	<u>167.658</u>	<u>218.868</u>
<b>(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>(10.754)</u>	<u>185.085</u>	<u>(2.768)</u>	<u>184.041</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		-	-	1.247	1.223

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Ouro Verde Transporte e Locação S.A. (“Controladora”, “Companhia” ou “Ouro Verde”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Curitiba - Paraná, e tem por objeto a locação de veículos e equipamentos; serviços de armazenagem, sem emissão de títulos, portanto, não enquadrável nas disposições do Decreto nº 1102 de 21 de novembro de 1903; a prestação de serviços e execução de obras de engenharia civil, inclusive as relacionadas à limpeza e manutenção de vias e logradouros públicos, coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos, domésticos, comerciais, industriais, hospitalares e materiais recicláveis; a reciclagem de vidros; a participação em outras sociedades como acionista.

A Companhia vem realizando investimentos relevantes no aumento do seu ativo fixo com o objetivo de atender às crescentes demandas dos seus clientes, principalmente aqueles relacionados ao segmento de locação. Durante o exercício de 2012 a Companhia obteve índice de produtividade da frota de 91,6% (não revisado), com crescimento de 25,1%, partindo de 16.168 (não revisado) veículos e equipamentos em dezembro de 2011 para 20.229 (não revisado) veículos e equipamentos em setembro de 2012. Para o financiamento destes investimentos, a Companhia tem utilizado recursos de curto e longo prazos captados junto a instituições financeiras, principalmente, na forma de FINAME/PSI (nota explicativa 14), arrendamentos mercantis financeiros (nota explicativa 18) e debêntures (nota explicativa 19).

As projeções da Administração da Companhia indicam que o incremento de caixa oriundo dos contratos de locação em carteira existentes no encerramento de setembro de 2012, para os quais tais investimentos foram direcionados, será suficiente para fazer frente às obrigações de curto e longo prazo assumidas com os credores em geral. A Companhia possui um portfólio de contratos firmados com seus clientes, com prazos de duração entre 2 a 7 anos, os quais projetam uma geração futura de caixa em montante de R\$ 957.693 (nota explicativa 18).

Atualmente, a Ouro Verde detêm 99,57% da participação no capital social da Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais. (“Controlada” ou “Martini Meat”) (nota explicativa 11). A controlada, que possui instalações nos portos de Paranaguá/PR, Itajaí/SC, Rio Grande/RS, além de um armazém na Cidade de Ponta Grossa/PR, tem por objeto mercantil a prestação de serviços a terceiros de armazenagem em geral de carga acondicionada em contêineres, fardo, e outros, a granel ou solta, incluindo produtos congelados e resfriados, “in natura” ou industrializados, e os serviços correlatos de movimentação de carga, pesagem, paletização, e outros. Em outubro de 2011, ocorreu a incorporação da Refribrás, controlada da Martini Meat, com o objetivo de simplificar a estrutura societária. Durante o exercício de 2011 e ao longo de 2012, foram investidos R\$ 47.000 no porto de Rio Grande e Itajaí, além do armazém em Ponta Grossa. Para isto, foram captados R\$ 33.431 através de recursos ordinários do BNDES – referenciados ao IPCA e no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento – PSI.

Em julho de 2011 a Ouro Verde, em parceria com a ALL (América Latina Logística) criaram a Ritmo Logística, com a finalidade de consolidar as operações de logística rodoviária da Ouro

Verde e da ALL Intermodal, com uma composição acionária dividida entre as companhias na proporção de 35% e 65%, respectivamente.

A Ouro Verde possui um “Comitê de Investimentos” e um “Comitê de Venda de Ativos”, com reuniões semanais para aprovação das estratégias dos ativos da Companhia, bem como todos os investimentos a serem efetuados. Participam e votam neste Comitê, além da diretoria, a gerência corporativa de compras, do financeiro e da controladoria. Desta forma, são avaliados e formalizados todos os aspectos fundamentais para a realização de qualquer investimento, dentre eles: análise de crédito, rentabilidade, linhas de financiamentos, estratégias comerciais, diversificação de carteira, fornecedores, entre outros aspectos.

Ao final do mês de junho de 2012, a Ouro Verde recomprou integralmente a 1ª emissão de debêntures do tipo simples não conversíveis de série única com o objetivo de alongar o perfil da dívida com custos mais atrativos. A 2ª emissão de debêntures no valor de R\$ 165.000 não conversíveis em ações, emitida em maio de 2011, permanece inalterada e disponível no mercado de capitais.

No dia 12 de julho de 2012, a Fitch Ratings anunciou a manutenção do rating corporativo da Ouro Verde em A-(bra) com perspectiva estável, sob a análise de que a Companhia refletiu fortalecimento contínuo na geração operacional de caixa, com forte previsibilidade da receita devido aos seus contratos de longo prazo. Segundo a agência, a Ouro Verde está conservando sua rentável, diversificada e crescente base de negócios.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias**

### **a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)**

As presentes demonstrações financeiras intermediárias incluem:

- As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP)
- As demonstrações financeiras intermediárias individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras intermediárias separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras intermediárias individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras intermediárias individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras intermediárias foi dada pela Diretoria da Companhia e sua controlada em 7 de novembro de 2012.

### **3 Resumo das principais práticas contábeis**

#### **3.1. Base de preparação**

**a. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, os quais são mensurados pelo valor justo.

**b. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

**c. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as normas CPCs / IFRS exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas notas explicativas:

- Nota 18 - arrendamento mercantil.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3 – impairment
- Nota 15 - utilização de prejuízos fiscais
- Nota 17 - provisão para contingências
- Nota 26 - instrumentos financeiros.

### **3.2. Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras intermediárias, exceto nos casos indicados em contrário.

#### **a. Base de consolidação**

##### *i. Controlada*

As demonstrações financeiras intermediárias de controlada são incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que o controle, se inicia até a data em que o controle, deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras intermediárias individuais da controladora as informações financeiras de controladas, assim como a coligada, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

##### *ii. Investimento em coligada*

A coligada é aquela entidade na qual a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais.

O investimento em coligada é contabilizado por meio do método de equivalência patrimonial, tanto nas demonstrações financeiras intermediárias individuais como nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrado por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos.

##### *iii. Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

#### **b. Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

**c. Instrumentos financeiros**

**i. Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes ativos financeiros não derivativos:

**Investimentos mantidos até o vencimento**

Caso a Companhia e sua controlada tenham intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de seu vencimento poderia resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedir a Companhia e sua controlada de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros

**Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são eventos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Os ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo sem acréscimo de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e demais contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

*ii. Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente à data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, arrendamentos mercantis, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

*iii. Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia e sua controlada mantêm instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

**d. Reconhecimento de receita**

As receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e sua controlada e é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas com serviços prestados são reconhecidos: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e sua controlada; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos serviços prestados, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente.

**e. Imobilizado**

*(i) Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

*(ii) Reclassificação para propriedade para investimento*

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é mensurada novamente pelo valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa nova mensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda por redução ao valor recuperável anterior na propriedade específica, com qualquer ganho remanescente reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio. Qualquer perda é reconhecida em outros resultados abrangentes e é apresentada na reserva de reavaliação à medida que um valor tenha sido anteriormente incluído na reserva de reavaliação relacionada à propriedade específica, com a perda remanescente reconhecida imediatamente no resultado.

*(iii) Custos subseqüentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e sua controlada e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

*(iv) Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e sua controlada irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de período/exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**f. Ativos intangíveis**

*i. Ágio*

O ágio resultante na aquisição de controlada é incluído nos ativos intangíveis. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, vide nota explicativa 13.

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação à companhia investida registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma perda por redução ao valor recuperável em tal investimento não é alocada para nenhum ativo, incluindo o ágio, que faz parte do valor contábil da companhia investida registrada por equivalência patrimonial.

*ii. Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

*iii. Gastos subsequêntes*

Os gastos subsequêntes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

*iv. Amortização*

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

**g. Propriedade para investimento**

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível a aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do período. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

***h. Ativos arrendados***

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia e sua controlada assumem os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

***i. Redução ao valor recuperável (Impairment)***

***i. Ativos financeiros incluindo recebíveis***

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia e sua controlada sobre condições de que a Companhia e sua controlada não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia e sua controlada consideram evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia e sua controlada utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto.

Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

*ii. Ativos não financeiros*

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos/exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

*j. Provisões*

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

*k. Benefícios a empregados*

*i. Planos de contribuição definida*

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

*ii. Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e sua controlada têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

***l. Pagamento de arrendamentos***

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período/exercício durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

***m. Receitas e despesas financeiras***

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. As distribuições recebidas de investida registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures e perdas nos instrumentos de *hedge*.

***n. Imposto de renda e contribuição social***

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos/exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais,

créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de fechamento das demonstrações financeiras intermediárias e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

***o. Operações descontinuadas***

Uma operação descontinuada é um componente do negócio da Companhia que representa uma importante linha de negócio individual ou área geográfica de operações que foi alienada ou está mantida para venda. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado é reapresentada como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

***p. Novas normas e interpretações não adotadas***

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, sendo essas:

- Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais
- IFRS 9 Instrumentos financeiros
- Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento (Modificações à IFRIC 14
- Modificações a IAS 32 - Classificação de direitos
- Modificações a IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras
- Modificações a IAS 19 - Benefícios a empregados
- IFRS 10 - Consolidação das demonstrações financeiras para empreendimentos controlados em conjunto
- IFRS 11 - Entidades controladas em conjunto
- IFRS 12 - Divulgação para entidades que possuem participações em subsidiárias, em conjunto, coligadas e/ou entidades não consolidadas
- IFRS 13 - Mensuração do valor justo.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor.

#### 4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

##### *i. Contas a receber de clientes e outros créditos*

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

##### *ii. Derivativos*

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações fornecidas por instituições financeiras.

Essas cotações são testadas quanto a razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Companhia e sua controlada e contraparte quando apropriado.

##### *iii. Passivos financeiros não derivativos*

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e juros incorridos, apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias.

#### 5 Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas abrangem as demonstrações financeiras intermediárias da controladora Ouro Verde Transporte e Locação S.A., da controlada direta Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais, e da controlada indireta Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda., a qual foi incorporada em 31 de outubro de 2011 pela sua controladora Martini Meat, conforme detalhada na nota explicativa 11.

	<u>Porcentagem de participação</u>			
	Controle	30/09/12	31/12/11	30/09/11
Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais	Direto	99,57%	99,55%	99,42%
Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda.	Indireto	-	-	99,42%

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas companhias e consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

#### 6 Ativo mantido para venda e resultado das operações descontinuadas

Em 1º de julho de 2011, a Ouro Verde anunciou a criação de uma nova empresa de logística rodoviária, em parceria com a ALL - América Latina Logística S.A. A empresa criada

denomina-se Ritmo Logística S.A., e consolidou as operações de logística rodoviária da Ouro Verde e da ALL, e sua composição acionária divide-se na proporção de 35% e 65%, respectivamente. Assim sendo, o segmento de transporte rodoviário da Ouro Verde foi transferido para a Ritmo Logística S.A. a partir de julho de 2011, em troca de participação acionária nesta nova Companhia. O segmento era uma operação descontinuada ou classificada como mantido para venda em 30 de junho de 2011. Os saldos patrimoniais (custo) que foram transferidos a Ritmo Logística correspondem somente aos bens diretamente relacionados à frota operacional (segmento transporte).

A demonstração comparativa de resultado está sendo apresentada para exibir a operação descontinuada separadamente de operações continuadas, conforme apresentado abaixo:

<b>Resultado das operações descontinuadas</b>	<b>30/09/11</b>
Receita operacional líquida	79.594
Custos dos serviços prestados	<u>(70.879)</u>
Resultado bruto	8.715
<i>Receitas (despesas) operacionais</i>	
Vendas, administrativas e gerais	(1.256)
Despesas financeiras, líquidas	(3.316)
Outras receitas operacionais, líquidas	<u>(2.628)</u>
Resultado antes dos impostos	1.515
Imposto de renda e contribuição social	<u>(511)</u>
Resultado líquido das operações descontinuadas	<u>1.004</u>

O resultado de operações descontinuadas é totalmente atribuído aos acionistas controladores. Do resultado operacional consolidado de operações continuadas de R\$ 10.406, o montante de R\$ 10.389 é atribuível aos acionistas controladores da Companhia.

No quadro a seguir estão demonstrados os impactos no fluxo de caixa correspondente aos nove primeiros meses de 2011:

	<b>30/09/11</b>
Fluxo de caixa de operações descontinuadas	
Caixa líquido das em atividades operacionais	15.198
Caixa líquido das atividades de financiamento	(4.196)
Caixa líquido das atividades de investimento	<u>(4.485)</u>
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das operações descontinuadas	<u>6.517</u>

## 7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Caixa e bancos	666	21.665	4.174	22.267
Aplicações financeiras	<u>157.161</u>	<u>146.916</u>	<u>163.484</u>	<u>148.159</u>
	<u>157.827</u>	<u>168.581</u>	<u>167.658</u>	<u>170.426</u>

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxas pós e pré-fixadas, que variam entre 97% a 107% dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI) e 11% a.a. respectivamente.

## 8 Aplicações financeiras vinculadas (controladora e consolidado)

	30/09/12	31/12/11
Aplicações financeiras - vinculadas a empréstimos tomados	78.268	55.244
(-) Parcelas classificadas no ativo circulante	<u>(7.246)</u>	<u>(9.247)</u>
Ativo não circulante	<u>71.022</u>	<u>45.997</u>

As aplicações financeiras vinculadas se referem a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxas que variam entre 100% e 104% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e encontram-se vinculadas a amortizações de empréstimos contraídos juntos as instituições financeiras custodiantes. Os valores correspondentes foram classificados no ativo circulante e não circulante conforme prazo de vencimento dos empréstimos aos quais estão vinculados.

## 9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Clientes nacionais	58.127	51.970	64.941	56.128
Serviços a faturar	12.132	17.743	15.821	19.143
(-) Provisão para créditos duvidosos	<u>(2.015)</u>	<u>(1.107)</u>	<u>(2.207)</u>	<u>(1.307)</u>
	<u>68.244</u>	<u>68.606</u>	<u>78.555</u>	<u>73.964</u>

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
A vencer	59.004	63.924	68.880	68.376
Vencidos até 30 dias	3.073	1.948	3.606	2.850
Vencidos de 31 a 60 dias	474	354	558	354
Vencidos de 61 a 90 dias	401	297	401	297
Vencidos acima de 90 dias	7.307	3.190	7.317	3.394
(-) Provisão para créditos duvidosos	(2.015)	(1.107)	(2.207)	(1.307)
	68.244	68.606	78.555	73.964

## 10 Partes relacionadas

### a. Saldos e transações

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 relativos a operações com partes relacionadas, referem-se a contratos de mútuo da Companhia com seus acionistas, companhia controlada e outras companhias relacionadas, como demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
<b>Ativo não circulante</b>				
<i>Mútuos ativos</i>				
Ritmo Logística S.A. (relacionada)	650	-	650	-
Celso Antonio Frare (acionista)	-	-	-	100
	650	-	650	100
<b>Passivo circulante</b>				
<i>Mútuos passivos</i>				
Ritmo Logística S.A. (relacionada)	-	597	-	597
Serenata Adm. de Bens Ltda. (relacionada)	85	65	165	137
Celso Antonio Frare (acionista)	-	-	3	-
	85	662	168	734

Os contratos de mútuos destacados acima não possuem incidência de juros e data de vencimento.

### b. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o período findo em 30 de setembro de 2012 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 2.595 (R\$ 1.720 em 2011). A Companhia e sua controlada não concedem ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

Conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 05 / IAS 24 - Divulgação de partes relacionadas, informamos que a Companhia e sua controlada tem como acionistas a Novo

Oriente Participações Ltda., com 62,78% de participação do seu capital social e o Sr. Celso Antônio Frare, com 37,22% de participação do seu capital social.

## 11 Investimentos

### a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Participação em companhia controlada (a.1)	87.240	81.442	-	-
Participação em companhia coligada (a.2)	149.753	150.256	149.753	150.256
Outros investimentos	12	8	12	8
Propriedades para investimento (terrenos) (a.3)	-	-	8.300	8.300
	237.005	231.706	158.065	158.564

#### a.1. Participação em companhia controlada - Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

##### a.1.1. Movimentação dos saldos no período

Participação inicial no patrimônio líquido	70.681
Ágio (nota explicativa 13)	10.761
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	81.442
Aumento de capital	1.959
Ganho na diluição da participação acionária	5
Juros sobre capital próprio	(2.118)
Resultado na equivalência patrimonial	5.952
	87.240
Participação atual no patrimônio líquido	76.479
Ágio (nota explicativa 13)	10.761
<b>Saldo em 30 de setembro de 2012</b>	87.240

##### a.1.2. Informações da controlada - Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

	30/09/12	31/12/11
Capital social	45.590	43.630
Quantidade ações possuídas (em lote mil)	45.395	43.436
Patrimônio líquido	76.811	71.001
Participação no capital social, no final do período	99,57%	99,55%
Participação no patrimônio líquido	76.479	70.681
Resultado de equivalência patrimonial	5.952	8.145

**a.1.3. Informações da incorporação - Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda.**

Em 24 de outubro de 2011, a Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais, por decisões de caráter estratégico, administrativo e logístico, de modo a compatibilizar interesses das Companhias e seus sócios, deliberou pela 65ª Assembléia Geral Extraordinária a aprovação do Protocolo de Justificativa de Incorporação da totalidade dos bens, dos direitos e das obrigações que integram o patrimônio líquido contábil da Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda., conforme laudo de avaliação emitido por perito. Os saldos contábeis da incorporação foram de 31 de outubro de 2011.

Os saldos incorporados foram:

<b>Ativo</b>	
<b>Circulante</b>	
Caixa e equivalente de caixa	1.140
Contas a receber de clientes	705
Impostos a recuperar	280
Outras contas a receber	34
	2.159
<b>Não circulante</b>	
Imobilizado	20.101
Intangível	7
	20.108
	22.267
<b>Passivo</b>	
<b>Circulante</b>	
Fornecedores	(271)
Impostos e contribuições a recolher	(161)
Salários e férias a pagar	(403)
Outras contas a pagar	(24)
	(859)
<b>Não circulante</b>	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.221)
	(18.187)
<b>Acervo líquido contábil incorporado</b>	<b>(18.187)</b>

**a.2. Participação em companhia coligada - Ritmo Logística S.A.**

**a.2.1. Movimentação dos saldos no período**

Participação inicial no patrimônio líquido	30.451
Saldo inicial de mais valia dos ativos aportados pela controladora	5.265
Saldo inicial de ágio	114.540
	150.256
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>150.256</b>
Resultado na equivalência patrimonial	(503)
	(503)

<b>Saldo em 30 de setembro de 2012</b>	<b>149.753</b>
Participação atual no patrimônio líquido	30.781
Saldo atual de mais valia dos ativos aportados pela controladora	4.432
Saldo atual de ágio	114.540
<b>Saldo em 30 de setembro de 2012</b>	<b>149.753</b>

O saldo da mais valia corresponde à apuração da participação da Ouro Verde sobre a diferença entre o patrimônio líquido contábil e o patrimônio líquido justo da coligada, advindo da avaliação a valor justo da frota incorporada pela Ritmo. Esse montante está sendo realizado ajustando a equivalência patrimonial (R\$ 833 em 2012), tendo como base a realização do valor justo, por depreciação, dos ativos que originaram a mais valia.

O saldo de ágio corresponde à diferença entre o valor total das contribuições feitas pela Ouro Verde (principalmente através de ativos de frota) e a participação da Ouro Verde sobre o patrimônio líquido da Ritmo Logística S.A., classificada como ágio pago, o qual não está sujeito a amortização e tem a sua recuperabilidade testada anualmente.

*a.2.2. Informações da coligada - Ritmo Logística S.A.*

	<b>30/09/12</b>	<b>31/12/11</b>
Capital social	87.198	87.198
Quantidade ações possuídas (em lote mil)	19.424	19.424
Patrimônio líquido contábil ajustado	87.953	86.169
Participação no capital social, no final do período	35,00%	35,00%
Participação no patrimônio líquido	30.781	30.159
Resultado de equivalência patrimonial	(503)	(360)

**a.3. Terrenos para investimento**

Referem-se a terrenos não destinados ao uso da controlada - Martini Meat - em sua atividade operacional, os quais são mantidos com a finalidade de se obter valorização do capital. A controlada optou pelo método de mensuração a custo e utilização da prática do “custo atribuído”, conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 da ICPC 10, para registro do saldo inicial destes ativos, na data de transição, sendo que os efeitos decorrentes dessa avaliação, efetuada por especialistas externos, foram registrados na conta de ajustes de avaliação patrimonial e serão transferidos para a conta de lucros acumulados à medida que estes ativos forem alienados ou baixados em contrapartida ao resultado.

## 12 Imobilizado

### a. Controladora

	Taxa de depreciação % a.a.	30/09/12			31/12/11		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações	4	1.800	(162)	1.638	1.660	(104)	1.556
Veículos e tratores/colhedoras (*)	5,6 a 16,7	1.142.845	(247.025)	895.820	900.005	(173.912)	726.093
Aeronaves	10	-	-	-	12.514	(2.439)	10.075
Máquinas e equipamentos	8,3 a 16,7	40.631	(8.608)	32.023	31.850	(19.053)	12.797
Móveis e utensílios	10	2.266	(1.488)	778	1.989	(1.425)	564
Outras imobilizações	5 a 25	11.698	(1.409)	10.289	6.995	(1.081)	5.914
		<u>1.199.240</u>	<u>(258.692)</u>	<u>940.548</u>	<u>955.013</u>	<u>(198.014)</u>	<u>756.999</u>

(\*) Grupo de ativo imobilizado sujeito a arrendamentos mercantis operacionais.

#### a.1. Movimentação do custo no período

	31/12/11	30/09/12			
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edificações	1.660	141	-	(1)	1.800
Veículos e tratores/colhedoras	900.005	335.724	(92.255)	(629)	1.142.845
Aeronaves	12.514	-	(12.514)	-	-
Máquinas e equipamentos	31.850	10.003	(1.331)	109	40.631
Móveis e utensílios	1.989	281	-	(4)	2.266
Outras imobilizações	6.995	4.178	-	525	11.698
	<u>955.013</u>	<u>350.327</u>	<u>(106.100)</u>	<u>-</u>	<u>1.199.240</u>

### b. Consolidado

	Taxa de depreciação % a.a.	30/09/12			31/12/11		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações	2 a 4	91.175	(3.461)	87.714	54.956	(2.587)	52.369
Veículos e tratores/colhedoras	5,6 a 16,7	1.143.987	(247.430)	896.557	901.147	(174.204)	726.943
Aeronaves	10	-	-	-	12.514	(2.439)	10.075
Máquinas e equipamentos	3,7 a 16,7	108.653	(17.564)	91.089	75.999	(25.897)	50.102
Móveis e utensílios	10	4.912	(2.518)	2.394	3.345	(2.293)	1.052
Outras imobilizações	4 a 25	18.343	(2.328)	16.015	10.006	(1.803)	8.203
Obras em andamento	-	1.773	-	1.773	37.092	-	37.092
Terrenos	-	7.657	-	7.657	7.120	-	7.120
		<u>1.376.500</u>	<u>(273.301)</u>	<u>1.103.199</u>	<u>1.102.179</u>	<u>(209.223)</u>	<u>892.956</u>

**b.1. Movimentação de custo no período**

	31/12/11	30/09/12			
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edificações	54.956	141	(3.677)	39.755	91.175
Veículos e tratores/colhedoras	901.147	335.724	(92.255)	(629)	1.143.987
Aeronaves	12.514	-	(12.514)	-	-
Máquinas e equipamentos	75.999	15.353	(4.149)	21.450	108.653
Móveis e utensílios	3.345	692	(30)	905	4.912
Outras imobilizações	10.006	4.634	(324)	4.027	18.343
Obras em andamento	37.092	31.290	(564)	(66.045)	1.773
Terrenos	7.120	-	-	537	7.657
	1.102.179	387.834	(113.513)	-	1.376.500

**13 Intangível (consolidado)**

	Taxa anual de amortização (%)	30/09/12			31/12/11
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
<b>Ágio em aquisição de controlada</b>					
Martini Meat S.A.(a)	-	12.952	(2.191)	10.761	10.761
Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda.(b)	-	3.675	-	3.675	3.675
<b>Softwares</b>					
Sistemas de processamento de dados	20	<u>2.213</u>	<u>(758)</u>	<u>1.455</u>	<u>585</u>
		<u>18.840</u>	<u>(2.949)</u>	<u>15.891</u>	<u>15.021</u>

**a. Ágio na aquisição de controlada direta - Martini Meat S.A.**

Refere-se ao saldo de ágio apurado na aquisição da controlada Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais, aquisição esta feita durante o exercício de 2008 (anterior, portanto, a data de transição), suportado por estudo técnico efetuado por especialistas e encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura da operação adquirida. A amortização do ágio foi registrada até o exercício de 2008 em função do prazo das projeções de rentabilidade futura que não supera o período de dez anos. Desde o exercício de 2009, o ágio por expectativa de rentabilidade futura não é mais amortizado e são efetuados testes anuais quanto ao valor recuperável.

**b. Ágio na aquisição de controlada indireta - Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda.**

O saldo de ágio apurado na aquisição da controlada indireta - Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda. encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura da operação adquirida e às economias de escala esperadas da combinação de operações da Refribrás com as da Martini Meat, que não podem ser reconhecidas separadamente como um ativo intangível.

O valor de aquisição, em 13 de abril de 2010, foi de R\$ 22.000, enquanto o valor do patrimônio líquido avaliado a valor justo da controlada adquirida, resultante do exercício de identificação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, de acordo com o Pronunciamento

Técnico CPC 15 / IFRS 3- Combinação de negócios, nesta mesma data, era de R\$ 18.325, apurando ágio no valor de R\$ 3.675.

Pelo fato de não existir diferentes níveis de segmento operacional e unidades geradora de caixa (UGC) na operação da controlada indireta adquirida, o ágio não foi alocado e foi considerado em sua totalidade na operação da controlada indireta.

No balanço patrimonial individual da Companhia e nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, o ágio acima demonstrado está incluído no valor contábil do investimento e no intangível, respectivamente.

De acordo com as práticas contábeis vigentes, o ágio por expectativa de rentabilidade futura não é mais amortizado, sendo então efetuados testes anuais quanto ao valor recuperável. Atualmente, dentro do contexto societário da Companhia, tal ágio não proporciona nenhuma dedutibilidade fiscal.

## 14 Financiamentos e empréstimos

### a. Controladora

Natureza	Encargos em 2012	30/09/12	31/12/11
FINAME	Custo médio ponderado de 0,71% a.m.	439.359	351.691
CDC	Juros de 0,96% a 1,38% a.m.	20.597	4.780
Empréstimo em moeda estrangeira	Dólar + 3,9% a 4,38% a.a.	99.276	97.154
Capital de giro	CDI + juros 1,82% a 3,2% a.a. e pré fixado 12,3% a.a	<u>250.656</u>	<u>125.783</u>
		809.888	579.408
(-) Parcelas classificadas no passivo circulante		<u>(192.419)</u>	<u>(157.723)</u>
Passivo não circulante		<u>617.469</u>	<u>421.685</u>

### b. Consolidado

Natureza	Encargos em 2012	30/09/12	31/12/11
BNDES	8% à TJLP + juros de 3,44% a 10,75% ao ano	58.849	18.801
FINAME	Custo médio ponderado de 0,71% a.m.	446.603	356.460
CDC	Juros de 0,96% a 1,38% a.m.	20.597	4.780
FINIMP	Euro + 6,99% a 8,90% a.a. e Dólar + 4,81% a.a.	1.036	913
Empréstimo em moeda estrangeira	Dólar + 3,9% a 4,38% a.a	99.276	97.154
Capital de giro e conta garantida	CDI + juros 1,82% a 3,2% a.a. e pré fixado 12,3% a.a	<u>279.607</u>	<u>157.401</u>
		905.968	635.509
(-) Parcelas classificadas no passivo circulante		<u>(205.458)</u>	<u>(193.958)</u>
Passivo não circulante		<u>700.510</u>	<u>441.551</u>

As parcelas classificadas no passivo não circulante em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 têm o seguinte cronograma de pagamento:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/12</b>	<b>31/12/11</b>	<b>30/09/12</b>	<b>31/12/11</b>
2013	286.427	222.155	290.401	227.215
2014	186.695	111.029	205.956	115.206
2015	113.332	75.296	173.138	85.925
2016 e anos subsequentes	<u>31.015</u>	<u>13.205</u>	<u>31.015</u>	<u>13.205</u>
	<u>617.469</u>	<u>421.685</u>	<u>700.510</u>	<u>441.551</u>

Os financiamentos com natureza FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 726.045 (R\$ 550.483 em 2011) e aval do sócio majoritário. Os empréstimos e financiamentos de capital de giro estão garantidos por aval do sócio majoritário no valor de R\$ 279.607 (R\$ 157.401 em 2011).

Em determinados contratos de financiamento, nas modalidades de capital de giro, FINAME e empréstimos em moeda estrangeira junto aos certas instituições financeiras, a Companhia e sua controlada assumiram a obrigação de manter determinados indicadores financeiros apurados anualmente e trimestralmente, e indicadores não financeiros, com base em seus balanços consolidados, dos quais podemos destacar:

- *rating* igual ou superior a “BBB-“ nas agências de análise de risco de crédito
- Dívida líquida / EBITDA ajustado\*
- EBITDA ajustado\* / Despesas financeiras líquidas
- Dívida líquida / Ativo imobilizado; e
- Dividendos acrescido de juros sobre o capital pagos dividido pelo lucro líquido do período/exercício.

(\*) Lucro (prejuízo) líquido, excluídos os efeitos: do imposto de renda e da contribuição social; do resultado financeiro líquido; da equivalência patrimonial; das despesas de depreciação e amortização; e de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado à receita obtida com a venda da frota; e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia e sua controlada estão em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelos contratos de financiamentos.

## 15 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Em 30 de setembro de 2012 e 2011 e 31 de dezembro de 2011, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
<b>Ativo não circulante</b>				
Provisão para contingências e para créditos de liquidação duvidosa	4.100	3.945	5.090	4.992
Prejuízos fiscais a compensar	18.136	10.274	18.136	10.274
Regime tributação - variação cambial	2.574	-	2.625	-
Outros	643	-	792	23
	<u>25.453</u>	<u>14.219</u>	<u>26.643</u>	<u>15.289</u>
<b>Passivo não circulante</b>				
Ajuste arrendamento mercantil - adoção CPC 06	9.193	7.170	9.193	7.170
Regime tributação - hedge	5.252	2.529	5.252	2.529
Ajuste de investimento - CPC 18	41.850	41.850	41.850	41.850
Ajuste depreciação contábil - adoção CPC 27	53.044	40.458	63.941	50.385
	<u>109.339</u>	<u>92.007</u>	<u>120.236</u>	<u>101.934</u>
	<u>83.886</u>	<u>77.788</u>	<u>93.593</u>	<u>86.645</u>

Neste trimestre a Companhia passou a apresentar os tributos diferidos passivos líquidos dos tributos diferidos ativos por corresponderem à mesma entidade tributária e por poderem ser compensados entre si. De modo a manter a comparação entre as demonstrações financeiras apresentadas, tal reclassificação também foi efetuada no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2011.

À Companhia e sua controlada, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, relativo à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceram os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de períodos/exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas semestralmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia e sua controlada.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos. Ainda, com base nas projeções de resultados tributáveis, a Companhia e sua controlada estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais nos próximos cinco exercícios.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

**a. Controladora**

	<b>30/09/12</b>	<b>30/09/11</b>
Resultado do período antes de impostos e da reversão de juros sobre o capital próprio	23.586	15.639
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 25% e 9%	(8.019)	(5.317)
Adições e exclusões permanentes e outros:		
Juros sobre o capital próprio	(720)	720
Resultado de equivalência patrimonial	1.852	913
Despesas indedutíveis	(821)	(811)
Outras adições	(20)	(755)
	(7.728)	(5.250)
Imposto de renda e contribuição social no resultado: Diferido	(7.728)	(5.250)
Alíquota efetiva	33%	34%

**b. Consolidado**

	<b>30/09/12</b>	<b>30/09/11</b>
Resultado do período antes de impostos e da reversão de juros sobre o capital próprio	25.708	17.068
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 25% e 9%	(8.741)	(5.804)
Adições e exclusões permanentes e outros:		
Juros sobre o capital próprio	-	720
Resultado de equivalência patrimonial	171	-
Despesas indedutíveis	(854)	(829)
Outras adições	(401)	(749)
	(9.825)	(6.662)
Imposto de renda e contribuição social no resultado:		
Corrente	(1.247)	(1.223)
Diferido	(8.578)	(5.439)
	(9.825)	(6.662)
Alíquota efetiva	38%	39%

## 16 Contas a pagar por aquisição de controladas (consolidado)

Na controlada Martini Meat, refere-se à provisão dos pagamentos a serem efetuados decorrente da aquisição da totalidade das quotas da Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda. O valor de aquisição definido no contrato de compra e venda, datado de 13 de abril de 2010, é de R\$ 22.000, sendo um primeiro pagamento efetuado na data de aquisição no valor de R\$ 2.000 e saldo remanescente a ser liquidado em 34 parcelas mensais e consecutivas de R\$ 588, corrigidos a encargos remuneratórios equivalentes a 95% do CDI.

	<b>30/09/12</b>	<b>31/12/11</b>
<b>Passivo circulante</b>		
Parcelas com vencimento no curto prazo	2.941	7.059
Encargos a pagar	757	1.281
	3.698	8.340
<b>Passivo não circulante</b>		
Parcelas com vencimento no longo prazo	-	1.176
Encargos a pagar	-	214
	-	1.390

## 17 Provisão para contingências

A Companhia e sua controlada são partes (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis/ambientais e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

### a. Controladora

	<b>30/09/12</b>		<b>31/12/11</b>	
	<b>Provisão</b>	<b>Depósito judicial</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
Cíveis/ambientais	1.896	-	1.896	1.919
Tributárias	4.823	(4.742)	81	80
Trabalhistas	2.522	(2.402)	120	1.144
	9.241	(7.144)	2.097	3.143

	<u>31/12/11</u>	<u>30/09/12</u>		
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adição à provisão</b>	<b>Utilização</b>	<b>Saldo final</b>
Cíveis/ambientais	1.929	317	(350)	1.896
Tributárias	5.748	209	(1.134)	4.823
Trabalhistas	2.656	688	(822)	2.522
	<u>10.333</u>	<u>1.214</u>	<u>(2.306)</u>	<u>9.241</u>

**b. Consolidado**

	<u>30/09/12</u>		<u>31/12/11</u>	
	<b>Provisão</b>	<b>Depósito judicial</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
Cíveis/ambientais	1.896	-	1.896	1.919
Tributárias	5.212	(5.161)	51	63
Trabalhistas	5.501	(3.339)	2.162	3.100
	<u>12.609</u>	<u>(8.500)</u>	<u>4.109</u>	<u>5.082</u>

	<u>31/12/11</u>	<u>30/09/12</u>		
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adição à provisão</b>	<b>Utilização</b>	<b>Saldo final</b>
Cíveis/ambientais	1.929	317	(350)	1.896
Tributárias	6.000	346	(1.134)	5.212
Trabalhistas	5.484	1.267	(1.250)	5.501
	<u>13.413</u>	<u>1.930</u>	<u>(2.734)</u>	<u>12.609</u>

Existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis/ambientais avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ 30.983 (R\$ 31.167 em 2011), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS não requerem sua contabilização.

## **18 Arrendamento mercantil**

**a. Arrendatário**

A Companhia e sua controlada possuem, em 30 de setembro de 2012, R\$ 280.714 (R\$ 240.897 em 2011) contabilizados como ativo (custos) imobilizado (principalmente veículos), com contrato de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de 24 a 36 meses, com cláusulas de opção de compra após essa data.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2012, a Companhia e sua controlada reconheceram como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro os montantes de R\$ 21.570 (R\$ 18.310 em 2011) relativos a despesas financeiras e R\$ 56.152 (R\$ 43.859 em 2011) relativo à despesa de depreciação.

Em 30 de setembro de 2012, os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
Até um ano	113.145	19.774	132.919	114.705	20.488	135.193
Entre um a dois anos	69.043	6.143	75.186	70.675	6.597	77.272
Entre dois a três anos	<u>13.086</u>	<u>916</u>	<u>14.002</u>	<u>15.667</u>	<u>1.377</u>	<u>17.044</u>
	<u>195.274</u>	<u>26.833</u>	<u>222.107</u>	<u>201.047</u>	<u>28.462</u>	<u>229.509</u>

As taxas de juros dos contratos de arrendamento variam de 0,93% a 1,45% ao mês para os contratos pré-fixados, sendo seu custo médio ponderado de 1,21% ao mês. Os arrendamentos são garantidos pelos próprios bens objeto do contrato.

A Companhia e sua controlada assumiram a obrigação de manter determinados indicadores financeiros apurados anualmente, e indicadores não financeiros, com base em seus balanços consolidados, dos quais podemos destacar:

- Dívida líquida / EBITDA ajustado (\*); e
- Prévia anuência do arrendador no caso de troca de controle acionário e/ou na alienação ou venda de participação do capital social igual ou superior a 10%.

(\*) Lucro (prejuízo) líquido, excluídos os efeitos: do imposto de renda e da contribuição social; do resultado financeiro líquido; da equivalência patrimonial; das despesas de depreciação e amortização; e de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado à receita obtida com a venda da frota; e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa.

Em 30 de setembro de 2012 e 2011 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia e sua controlada estão em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelos contratos de financiamentos.

**b. Arrendador**

A Companhia tem contratos de aluguel de sua frota firmados com clientes para o período que varia entre de 2 a 7 anos. Estes contratos são classificados como arrendamento mercantil operacional. Os veículos, tratores e colhedoras são vendidos a terceiros quando devolvidos pelos clientes. Os contratos de aluguel de frotas podem incluir manutenção preventiva e corretiva, substituição de carros e outros itens acessórios, conforme composição definida pelo cliente.

Os valores divulgados na tabela são os pagamentos mínimos não canceláveis (geração futura de caixa) a serem recebidos relativos aos contratos de aluguel em aberto em 30 de setembro de 2012:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 7 anos	Total
Pagamentos futuros mínimos não canceláveis a serem recebidos (geração futura de caixa)	308.061	258.513	391.119	957.693

## 19 Debêntures (controladora e consolidado)

Natureza	Encargos	30/09/12	31/12/11
1ª Emissão (a)	CDI + 3,5% a.a.	-	67.671
2ª Emissão (b)	CDI + 3% a.a.	165.780	166.110
(-) Debêntures em tesouraria (c)		<u>(15.000)</u>	<u>(15.000)</u>
		150.780	218.781
(-) Parcelas classificadas no passivo circulante		<u>(36.480)</u>	<u>(29.751)</u>
Passivo não circulante		<u>114.300</u>	<u>189.030</u>

- (a) Em 21 de julho de 2010, através da 4ª Assembléia Geral Extraordinária foi aprovada a 1º emissão de debêntures pela Companhia nos termos do artigo 52 e seguintes da Lei das S.A., incluindo o limite previsto no artigo 60 da Lei das S.A. e demais disposições legais aplicáveis, com as seguintes características:
- Foram emitidas 75 debêntures, em série única, com valor total de R\$ 75.000;
  - A data de emissão das debêntures foi a data da primeira subscrição e integralização de debêntures. Desta forma, em 1 de setembro de 2010 ocorreu a subscrição e integralização da totalidade das debêntures emitidas pela Companhia com o conseqüente recebimento do montante de R\$ 75.000;
  - As debêntures foram objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação — nos termos dos Artigos 1º, Inciso III, 3º e 6º da ICVM 476/09 —, automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, destinada exclusivamente a Investidores Qualificados (assim definidos nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18/08/2004, conforme alterada, e da ICVM 476/09) (“Oferta Restrita”), e será realizada sob regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures a serem emitidas, com a intermediação da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;
  - As debêntures são simples e não conversíveis em ações de emissão da Companhia e foram emitidas sob a forma nominativa e escritural;
  - As debêntures possuem prazo de vigência de 4 anos - ou 48 meses, com 1 ano - ou 12 meses de carência e 36 parcelas mensais para o valor unitário principal 48 parcelas mensais para os juros remuneratórios;
  - Os juros remuneratórios de DI - Depósitos Interfinanceiros, capitalizada de uma sobretaxa de 3,5% ao ano;

- As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória.
  - No dia 26 de junho de 2012, através da 20ª Assembléia Geral Extraordinária, a Companhia recomprou a totalidade das debêntures emitidas na 1ª emissão, no valor de R\$ 54.750, como também aprovou o cancelamento dessas debêntures.
- (b) Em 3 de maio de 2011, através da 6ª Assembléia Geral Extraordinária foi aprovada a 2ª emissão de debêntures pela Companhia nos termos do artigo 52 e seguintes da Lei das S.A., incluindo o limite previsto no artigo 60 da Lei das S.A. e demais disposições legais aplicáveis, com as seguintes características:
- Foram emitidas 165.000 debêntures, em duas séries, com valor total de R\$ 165.000, sendo R\$ 150.000 da 1ª série e R\$ 15.000 da 2ª série;
  - A data de emissão das debêntures foi a data da primeira subscrição e integralização de debêntures. Desta forma, em 10 de maio de 2011 ocorreu a subscrição e integralização da totalidade das debêntures emitidas pela Companhia com o conseqüente recebimento do montante de R\$ 165.000;
  - As debêntures foram objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação — nos termos dos Artigos 1º, Inciso III, 3º e 6º da ICVM 476/09 —, automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, destinada exclusivamente a Investidores Qualificados (assim definidos nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18/08/2004, conforme alterada, e da ICVM 476/09) (“Oferta Restrita”), e será realizada sob regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures a serem emitidas, com a intermediação do: (i) BES Investimento do Brasil S.A. - Banco de Investimento; (ii) HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.; e (iii) Credit Suisse (Brasil) Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;
  - As debêntures são simples e não conversíveis em ações de emissão da Companhia e foram emitidas sob a forma nominativa e escritural;
  - As debêntures da 1ª série possuem prazo de vigência de 5 anos - ou 60 meses, com 18 meses de carência e 42 parcelas mensais para o valor unitário principal, 60 parcelas mensais para os juros remuneratórios. As debêntures da 2ª série possuem prazo de vigência de 59 meses, com amortização em um único pagamento a ser realizado na data de vencimento, e 59 parcelas mensais para os juros remuneratórios;
  - Os juros remuneratórios de DI - Depósitos Interfinanceiros, capitalizada de uma sobretaxa de 3% ao ano;
  - As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória.
- (c) No dia 8 de dezembro de 2011, a Companhia recomprou a totalidade das debêntures emitidas na 2ª série da 2ª emissão, no valor de R\$ 15.000, as quais permanecem disponíveis para venda e estão mantidas em tesouraria em 30 de setembro de 2012.

A Companhia e sua controlada assumiram a obrigação de manter determinados indicadores financeiros apurados trimestralmente e indicadores não financeiros, com base em seus balanços consolidados, dos quais podemos destacar:

- Dívida líquida / EBITDA ajustado (\*)
  - EBITDA ajustado\* / Despesas financeiras líquidas
  - Dívida líquida / ativo imobilizado; e
  - Prévia anuência dos titulares das debêntures no caso de troca direta ou indireta de controle acionário da Companhia.
- (\*) Lucro (prejuízo) líquido, excluídos os efeitos: do imposto de renda e da contribuição social; do resultado financeiro líquido; da equivalência patrimonial; das despesas de depreciação e amortização; e de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado à receita obtida com a venda da frota; e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa.

Em 30 de setembro de 2012 e 2011 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia e sua controlada estão em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelas debêntures.

## **20 Patrimônio líquido**

### **a. Capital social**

O capital social está totalmente subscrito e integralizado, e é dividido em 87.163.450 ações com valor nominal de R\$ 1 cada.

### **b. Reserva legal**

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

### **c. Dividendos**

O Estatuto Social em vigor determina a distribuição aos acionistas de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, conforme o parágrafo segundo, artigo 32º, do Estatuto Social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei no 6.404/76.

### **d. Reserva de retenção de lucros**

O saldo da rubrica de lucros acumulados em 30 de setembro de 2012 foi destinado à reserva de retenção de lucros para a aplicação em investimentos para expansão e reforço do capital de giro.

## **21 Juros sobre o capital próprio**

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia e sua controlada calcularam juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no período findo em 30 de setembro de 2011, no montante de R\$ 2.118, os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações financeiras intermediárias, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do período e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 foram reduzidos em R\$ 720, aproximadamente, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

## 22 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Serviços prestados	365.252	264.564	423.430	307.954
Impostos sobre as receitas de serviços prestados	(38.890)	(27.328)	(45.649)	(32.425)
Devoluções e abatimentos	(10.242)	(2.188)	(10.242)	(2.206)
	316.120	235.048	367.539	273.323

## 23 Custos dos serviços prestados e despesas com vendas, administrativas e gerais por natureza de gastos

### a. Controladora

	30/09/12	30/09/11
Despesa com benefícios a empregados	53.303	33.232
Encargos de depreciação e amortização	109.648	88.117
Manutenções e reparos	20.384	19.920
Combustíveis e lubrificantes	14.307	9.362
Outros	22.966	15.242
	220.608	165.873

#### Reconciliação dos custos e despesas operacionais por função:

Custos dos serviços prestados	206.281	152.574
Despesas com vendas, administrativas e gerais	14.327	13.299
	220.608	165.873

### b. Consolidado

	30/09/12	30/09/11
Despesas com benefícios a empregados	67.438	43.018
Despesas de depreciação e amortização	112.908	91.201
Manutenções e reparos	22.150	22.191
Combustíveis e lubrificantes	15.141	9.971
Outros	38.250	26.829
	255.887	193.210

	<b>30/09/12</b>	<b>30/09/11</b>
<b>Reconciliação dos custos e despesas operacionais por função:</b>		
Custos dos serviços prestados	237.249	176.558
Despesas com vendas, administrativas e gerais	18.638	16.652
	255.887	193.210

## 24 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/12</b>	<b>30/09/11</b>	<b>30/09/12</b>	<b>30/09/11</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(46.930)	(36.623)	(53.468)	(41.736)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil financeiro	(21.208)	(18.058)	(21.570)	(18.310)
Juros sobre debêntures	(16.683)	(17.213)	(16.683)	(17.213)
Despesas com hedge	(13.397)	(4.530)	(13.397)	(4.530)
Despesas com variação cambial	(17.855)	(12.521)	(17.855)	(12.521)
Outros	(2.239)	(2.819)	(3.144)	(3.185)
	(118.312)	(91.764)	(126.117)	(97.495)
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros sobre ativos financeiros	16.263	16.337	16.373	16.337
Receitas com hedge	17.030	12.110	17.030	12.110
Receitas com variação cambial	9.696	-	9.696	-
Outros	54	-	214	169
	43.043	28.447	43.313	28.616
	(75.269)	(63.317)	(82.804)	(68.879)

## 25 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/12</b>	<b>30/09/11</b>	<b>30/09/12</b>	<b>30/09/11</b>
Receita na venda de ativo imobilizado	55.236	40.194	55.236	40.260
Custo residual na venda de ativo imobilizado	(52.153)	(39.011)	(52.153)	(39.120)
Outras	(5.189)	5.914	(5.720)	4.694
	(2.106)	7.097	(2.637)	5.834

## 26 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia e sua controlada, conforme o quadro abaixo:

### Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

#### a. Controladora

		30/09/12			31/12/11	
Ativos	Nota	Registrados pelo valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Saldo contábil/ valor justo	Saldo contábil/ valor justo
Caixa e bancos	7	-	-	666	666	21.665
Aplicações financeiras	7	-	-	157.161	157.161	146.916
Contas a receber de clientes	9	-	-	68.244	68.244	68.606
Aplicações financeiras vinculadas	8	-	78.268	-	78.268	55.244
Instrumentos financeiros derivativos	26	<u>15.467</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.467</u>	<u>7.438</u>
		<u>15.467</u>	<u>78.268</u>	<u>226.071</u>	<u>319.806</u>	<u>299.869</u>
Passivos	Nota	Passivos financeiros	Registrados pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Saldo contábil/ valor justo	Saldo contábil/ valor justo
Fornecedores		19.562	-	-	19.562	21.971
Financiamentos e empréstimos	14	809.888	-	-	809.888	579.408
Arrendamento mercantil	18	195.274	-	-	195.274	151.608
Debêntures	19	150.780	-	-	150.780	218.781
Instrumentos financeiros derivativos	26	<u>-</u>	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>26</u>	<u>-</u>
		<u>1.175.504</u>	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>1.175.530</u>	<u>971.768</u>

**b. Consolidado**

		30/09/12			31/12/11	
	Nota	Registrados pelo valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Saldo contábil/ valor justo	Saldo contábil/ valor justo
<b>Ativos</b>						
Caixa e bancos	7	-	-	4.174	4.174	22.267
Aplicações financeiras	7	-	-	163.484	163.484	148.159
Contas a receber de clientes	9	-	-	78.555	78.555	73.964
Aplicações financeiras vinculadas	8	-	78.268	-	78.268	55.244
Instrumentos financeiros derivativos	26	<u>15.467</u>	-	-	<u>15.467</u>	<u>7.438</u>
		<u>15.467</u>	<u>78.268</u>	<u>246.213</u>	<u>339.948</u>	<u>307.072</u>
	Nota	Passivos financeiros	Registrados pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Saldo contábil/ valor justo	Saldo contábil/ valor justo
<b>Passivos</b>						
Fornecedores		22.515	-	-	22.515	26.525
Financiamentos e empréstimos	14	905.968	-	-	905.968	635.509
Arrendamento mercantil	18	201.047	-	-	201.047	153.949
Debêntures	19	150.780	-	-	150.780	218.781
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	<u>26</u>	-	<u>26</u>	-
		<u>1.280.310</u>	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>1.280.336</u>	<u>1.034.764</u>

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI e Selic.
- Aplicações financeiras vinculadas - São definidos como ativos designados como mantidos até o vencimento.
- Contas a receber e outras contas a receber - Decorrem diretamente das operações da Companhia e sua controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menos de 90 dias).
- Empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes passivos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas

que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas.

- Instrumentos financeiros derivativos - São definidos como ativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

*Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia e sua controlada têm por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes às operações financeiras contratadas em dólares americanos.

A Administração da Companhia e sua controlada mantêm monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia realizou operações com instrumentos derivativos de forward, que se constitui em um acordo entre a Companhia e o banco, de compra ou venda de uma quantidade de moeda estrangeira em uma data futura, por uma taxa pré-definida. Não há desembolso de caixa no início da operação e, no vencimento, a liquidação é realizada pela diferença entre a taxa contratada e a taxa efetiva da moeda. O principal objetivo é de proteger o resultado e fluxo de caixa futuro dos empréstimos em moeda estrangeira.

Em 30 de setembro de 2012, os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos em aberto estão abaixo sumarizados. Em 30 de setembro de 2012, o valor nocional do instrumento financeiro derivativo é de R\$ 77.815.

	<u>30/09/12</u>	
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
<b>Circulante</b>		
Derivativos cambiais - fluxo de caixa - empréstimos	<u>15.467</u>	<u>26</u>
	<u>15.467</u>	<u>26</u>

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e sua controlada foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e utilizando metodologia de avaliação de projeção de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas acima não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições de primeira linha, no Brasil, e são garantidos por aval do sócio majoritário da Companhia para contratação destas operações.

#### *Risco de crédito*

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A provisão para créditos duvidosos, em 30 de setembro de 2012, é de R\$ 2.015 (controladora) e R\$ 2.207 (consolidado), representando 2% do saldo de contas a receber em aberto da controladora e 2% do saldo de contas a receber em aberto do consolidado. Em 31 de dezembro de 2011, esta provisão era de R\$ 1.107 e R\$ 1.307 na controladora e consolidado respectivamente, equivalentes a 2% (na controladora) e 2% (no consolidado).

No que tange às instituições financeiras, a Companhia e sua controlada somente realizam operações com instituições financeiras consideradas de baixo risco.

#### *Risco de preço*

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados e dos demais componentes utilizados no processo de prestação de serviço. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e sua controlada. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

#### *Risco de taxas de juros*

Decorre da possibilidade de a Companhia e sua controlada sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e sua controlada buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

#### *Análise de sensibilidade*

As despesas e receitas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia e sua controlada em moeda estrangeira, são afetados pelas variações do câmbio, tais como dólar e euro. Contudo, os principais montantes dos empréstimos bancários da Companhia e sua controlada em USD foram completamente protegidos, utilizando contratos futuros que possuem o mesmo valor nominal e vencem nas mesmas datas dos respectivos contratos de empréstimos. Enquanto que, a Companhia e sua controlada não esperam impactos significativos nas despesas e receitas financeiras em decorrência da exposição cambial atrelada a moeda euro pelo fato de não ser material.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia e sua controlada, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e CDI.

Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pela Companhia e sua controlada. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço.

Para o Cenário I consideramos uma baixa de 25% para as aplicações financeiras e incremento de 25% nas operações de capitalizações nas cotações das taxas de juros e para o Cenário II uma redução/aumento de 50%. A taxa base utilizada para o cenário provável foi 7,5%.

*Operações com aplicações financeiras:*

Aplicações financeiras	Indexador	Risco	Valor	Cenário	Cenário I	Cenário II
			base	provável		
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	163.484	12.261	9.196	6.131
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	Baixa do CDI	<u>78.268</u>	<u>5.870</u>	<u>4.403</u>	<u>2.935</u>
Impacto no resultado			241.752	18.131	13.599 (4.532)	9.066 (9.065)

*Operações com financiamentos e empréstimos:*

Operação	Indexador	Risco	Valor	Cenário	Cenário I	Cenário II
			Base	provável		
Capital de giro e conta garantida	CDI	Alta do CDI	279.607	20.971	26.213	31.456
Debêntures	CDI	Alta do CDI	150.780	11.309	14.136	16.963
Instrumentos derivativos	CDI	Alta do CDI	<u>92.570</u>	<u>6.943</u>	<u>8.678</u>	<u>10.414</u>
Impacto no resultado			522.957	39.223	49.027 9.804	58.833 19.612

A Companhia e sua controlada não esperam mudanças na taxa relativa à TJLP, as quais são indicadores base para as operações de FINAME e com o BNDES.

*Risco de liquidez e estrutura de capital*

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia e sua controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 podem ser assim sumarizados:

**Ouro Verde Transporte e Locação S.A.**  
*Demonstrações financeiras intermediárias*  
em 30 de setembro de 2012

	<b>30/09/12</b>	<b>31/12/11</b>
Total dos financiamentos e empréstimos (nota explicativa 14), arrendamentos mercantis (nota explicativa 18), debêntures (nota explicativa 19) e instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa 26)	<u>1.242.354</u>	<u>1.000.801</u>
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 7) e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 8)	<u>(245.926)</u>	<u>(225.670)</u>
Dívida líquida	996.428	775.131
Patrimônio líquido	<u>229.506</u>	<u>213.644</u>
	<u>1.225.934</u>	<u>988.775</u>
Índice de alavancagem financeira	81%	78%

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não-derivativos da Companhia e sua controlada, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Entre 2 e 5 anos</b>
<b>Em 30 de setembro de 2012</b>			
Financiamentos e empréstimos (nota explicativa 14)	205.458	290.401	410.109
Arrendamentos mercantis (nota explicativa 18)	114.705	70.675	15.667
Debêntures (nota explicativa 19)	36.480	42.840	71.460
Fornecedores	<u>22.515</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>379.158</u>	<u>403.916</u>	<u>497.236</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>			
Financiamentos e empréstimos (nota explicativa 14)	193.958	227.215	214.336
Arrendamentos mercantis (nota explicativa 18)	93.327	52.658	7.964
Debêntures (nota explicativa 19)	29.751	68.431	120.599
Fornecedores	<u>26.525</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>343.561</u>	<u>348.304</u>	<u>342.899</u>

**Risco de taxa de câmbio**

Os resultados da Companhia e sua controlada estão suscetíveis a sofrer significativas variações, pois uma parcela dos seus passivos está atrelada à volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar norte-americano, que encerrou o até setembro de 2012 com variação positiva de 8,3% (11,3% em 2011) se comparado com dezembro de 2011.

Em 30 de setembro de 2012 a Companhia e sua controlada mantinham financiamentos em aberto no montante de USD 48.890 (R\$ 99.276).

Os principais montantes dos empréstimos bancários da Companhia e sua controlada em USD foram completamente protegidos, utilizando contratos futuros que possuem o mesmo valor nominal e vencem nas mesmas datas dos respectivos contratos de empréstimos.

## **27 Cobertura de seguros (não revisado)**

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras intermediárias, conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 30 de setembro de 2012, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 11.047, na controladora, e R\$ 74.447, no consolidado, para danos materiais e R\$ 5.000, na controladora, e R\$ 5.500, no consolidado, para responsabilidade civil/ambiental.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada possuem apólices de seguros contra terceiros para a sua frota de veículos e equipamentos, cujas coberturas são de R\$ 2.950 para danos materiais e danos corporais.